

5 ABR 1987

Militar prevê manutenção de seu papel

O PMDB e o PFL não vão querer se desgastar na Constituinte com a discussão do papel das Forças Armadas, segundo previsão do professor Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas: preferirão deixar as coisas mais ou menos como estão. Cavagnari, que era coronel do Exército e está na reserva desde o ano passado, acha que a designação do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), para presidente e relator da comissão que trata do assunto — a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições — mostra isso claramente: "Os dois são notoriamente favoráveis à intervenção das Forças Armadas na política interna e não é provável que proponham mudanças substanciais nesse terreno."

O professor da Unicamp é um oficial que conquistou projeção por defender posições contrárias à intervenção militar na política, mas não censura o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, por ter negociado essa composição da comissão. Acha que a atitude de Covas é correta: "Por algum tempo, a realidade brasileira não permitirá que o texto constitucional tenha eficácia. Mesmo que a intervenção das Forças Armadas para garantir a ordem interna não seja prevista, ela poderá acontecer. Não adianta fazer disso um cavalo de batalha."

Geraldo Cavagnari foi um dos participantes de um debate promovido pelo Núcleo de Estudos Estratégicos e organizado pelo Relatório Reservado sobre Os Militares e a Política, transformado em número especial do semanário e objeto, nesta semana, de lançamento nacional. Participaram também o vice-almirante Mário César Flores, diretor de Ensino da Marinha e representante das Forças Armadas na Comissão Afonso Arinos, o general Rúbem Ludwig, chefe do Gabinete Militar do presidente João Figueiredo, e os professores Eliezer Rizzo de Oliveira, Eurico Figueiredo e João Quartim de Moraes.

Luiz Alberto Bettencourt, diretor da publicação e moderador dos debates, resume as conclusões: "Os militares continuam a tutelar a política nacional, na Nova República, porque as Forças Armadas dispõem de autonomia em face da sociedade. O desafio é a democratização da sociedade brasileira, profundamente autoritária e desigual. Para isso, civis e militares precisam dialogar sem preconceitos."

Luiz Alberto diz que este ano o Relatório Reservado promoverá mais dois debates que se transformarão em números especiais: sobre o que seria uma política econômica da transição democrática e sobre a política externa brasileira, que, na opinião do jornalista, perdeu o rumo há alguns anos.

Outro debate sobre militares será realizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos na Unicamp no dia 23, desdobrado em dois temas: Papel Constitucional das Forças Armadas e Controle Democrático das Forças Armadas. Participarão o general Octávio Costa e o almirante Armando Vidigal, ambos da reserva, os professores Francisco Weffort, René Dreiffuss, Luciano Martins, João Quartim de Moraes, Eliezer Rizzo de Oliveira e Geraldo Cavagnari, e os jornalistas Luiz Alberto Bettencourt e Mino Carta.

MILITARIZAÇÃO

Será o primeiro debate sobre esse tema durante o funcionamento da Constituinte. Segundo Geraldo Cavagnari, na elaboração da nova Carta a atenção deve se dirigir para a "desmilitarização dos principais órgãos de decisão na área de segurança".

Trata-se do Conselho de Segurança Nacional, do SNI e do Departamento de Polícia Federal, que, segundo Cavagnari, é o único setor do Ministério da Justiça que tem "alta dose de militarização". O coronel diz que o Conselho de Segurança e o SNI são formalmente entidades civis, mas na prática excessivamente ligadas às Forças Armadas.

"Não por causa da presença de militares, que é compreensível", explica, "mas pela vinculação às estruturas militares, tão forte que os torna mais leais às Forças Armadas do que ao presidente da República." E os militares, completa, têm demonstrado sua preponderância em episódios decisivos da transição:

"Conseguiram resistir à campanha das diretas já, conseguiram fazer com que a transição fosse negociada e lhes deixasse amplos espaços de influência, e vão ganhar a terceira batalha, a da Constituinte, porque são organizadas e mostram extrema competência no relacionamento com os parlamentares."